

Relatório Trimestral de Atividades

3º Trimestre de 2014

© TCEES, 2014

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório Trimestral de Atividades: 2014 / Tribunal de Contas do Estado. Vitória/ES: TCEES, 2014. 32p.

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2014. I.Título.

(341.38509815206)

Catalogação pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Domingos Augusto Taufner

Vice-Presidente

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Corregedor

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Ouvidor

José Antonio Almeida Pimentel

Conselheiros

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Márcia Jaccoud Freitas João Luiz Cotta Lovatti Marco Antônio da Silva Eduardo Perez

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Geral Luís Henrique Anastácio da Silva

Procuradores de Contas Luciano Vieira Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETOR GERAL DE SECRETARIA

Tadeu Pimentel Citty

SECRETARIO GERAL DAS SESSÕES

Odilson Souza Barbosa Junior

SECRETARIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Romário Figueiredo

SECRETARIO GERAL ADMINISTRATIVO

José Augusto Freire Matos

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

NEGÓCIO

Controle Externo

MISSÃO

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

VISÃO

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

VALORES

Profissionalismo
Equidade
Ética e Transparência
Excelência de Desempenho
Responsabilidade Sustentável

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, §

4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao

3º trimestre de 2014.

Dentre as ações realizadas pelo TCEES nesse trimestre, podemos destacar:

Nomeação de todos os aprovados no concurso de Analista Administrativo, realizado em

dezembro de 2013.

■ Realização do evento "Governança Pública para o Desenvolvimento Nacional Sustentável –

Edição Espírito Santo", em cooperação com o Tribunal de Contas da União.

■ Implantação do módulo de CI Eletrônica do e-TCEES, possibilitando um gerenciamento

completo e informatizado do processo de envio, recebimento, localização e arquivamento

das comunicações internas desta Corte.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua

missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 3º trimestre de 2014, com o

objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando

ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do

controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele

disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos - NPP, a partir

dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 14 de novembro de 2014

Conselheiro **Domingos Augusto Taufner**Presidente

SUMÁRIO

1.	COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES	7
2.	AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE	8
3.	ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	9
3.1	PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE	9
3.2	AÇÕES DO PLENÁRIO	. 10
3.3	AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	. 15
3.4	COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS	. 18
4.	ATIVIDADES DE GESTÃO	. 19
4.1	GESTÃO DE PESSOAS	. 19
4.2	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	. 20
4.3	SERVIÇOS GERAIS	. 22
4.4	GESTÃO DOCUMENTAL	. 22
4.5	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	. 22
4.6	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	. 24
4.7	GESTÃO DA ESTRATÉGIA	. 25
4.8	CONTROLE INTERNO	. 26
5.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC	.27
6.	CORREGEDORIA	. 28
7.	OUVIDORIA	. 29
ΔΝΙ	EXOS	21

1. COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

2. AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- ✓ Apresentação do Coral de Contas, formado por servidores do TCEES, dentro das programações do projeto "TC em Canto na Cidade". Foram realizadas apresentações em frente à Assembléia Legislativa, nos Terminais de Vila Velha e Laranjeiras, dentre outras apresentações diversas.
- ✓ Participação no IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, que teve o tema: "O papel dos TC´s frente às demandas sociais". O Presidente do TCEES, conselheiro Domingos Taufner, foi um dos palestrantes do evento.
- ✓ Realização de evento "Governança Pública para o Desenvolvimento Nacional Sustentável Edição Espírito Santo", em cooperação com o Tribunal de Contas da União. Prefeitos, presidentes de câmaras municipais e gestores dos demais poderes estaduais foram apresentados à pesquisa de levantamento da governança pública nacional, a ser respondida pelos gestores públicos.

GESTÃO DE PESSOAS

✓ Nomeação de todos os aprovados no concurso de Analista Administrativo, realizado em dezembro de 2013. Os aprovados, provenientes das áreas de Administração / Economia, Ciências Contábeis, Direito, Arquivologia, Arquitetura, Informática e Biblioteconomia, estão lotados nas diversas unidades operacionais do TCEES.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

✓ Implantação do módulo de CI Eletrônica do e-TCEES, possibilitando um gerenciamento completo e informatizado do processo de envio, recebimento, localização e arquivamento das comunicações internas desta Corte.

OUTRAS AÇÕES

- ✓ Contribuição para o lançamento do Anuário Finanças dos Municípios Capixabas, ano 2014. O TCEES disponibilizou informações para a elaboração da revista e apresentou várias orientações aos prefeitos.
- ✓ Realização dos Jogos Internos dos Servidores do TCE-ES.

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

Fiscalizações realizadas	28
Processos autuados no TCEES	3.170
Processos de pessoal do TCEES	21
Processos administrativos do TCEES	85
Processos de controle externo	3.064
Processos julgados ou apreciados conclusivamente	2.312
Atos de pessoal apreciados (sujeitos a registro)	3.829
Denúncias apreciadas	30
Denúncias consideradas procedentes	9
Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador	14
Acórdãos proferidos	370
Acórdãos proferidos Acórdãos em julgamento de contas - Poderes	370 22
Acórdãos em julgamento de contas - Poderes	22
Acórdãos em julgamento de contas - Poderes Acórdãos com contas julgadas irregulares	22
Acórdãos em julgamento de contas - Poderes Acórdãos com contas julgadas irregulares Acórdãos em atos de gestão	22 19 16
Acórdãos em julgamento de contas - Poderes Acórdãos com contas julgadas irregulares Acórdãos em atos de gestão Acórdãos em atos de gestão - considerados irregulares	22 19 16 6
Acórdãos em julgamento de contas - Poderes Acórdãos com contas julgadas irregulares Acórdãos em atos de gestão Acórdãos em atos de gestão - considerados irregulares Recursos julgados ou apreciados	22 19 16 6 45
Acórdãos em julgamento de contas - Poderes Acórdãos com contas julgadas irregulares Acórdãos em atos de gestão Acórdãos em atos de gestão - considerados irregulares Recursos julgados ou apreciados Recursos com provimento negado	22 19 16 6 45

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

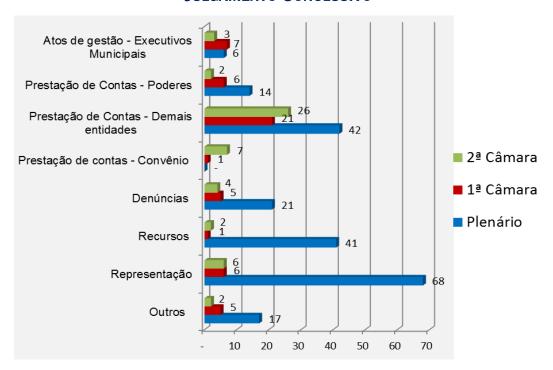
O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

			3º trim 2014	
Atos do Plenário	3º trim 2013	Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Sessões plenárias	30	15	12	12
Ordinárias	26	13	12	12
Extraordinária	-	-	-	-
Especial	-	1	-	-
Administrativa	4	1	-	-
Processos em pauta	2.740	667	2.105	1.264
Processos julgados ou apreciados de forma conclusiva	1.877	222	1.513	577
Chamamentos relativos a processos	1.385	1.856	-	-
Notificações	582	1.114	-	-
Citações	803	742	-	-

	3º trim 2013	3º trim 2014			
Atos do Plenário		Plenário	1º Câmara	2º Câmara	
Decisões	1.898	368	1.663	588	
Acórdãos (*)	249	238	72	60	
Pareceres prévios	20	7	6	2	
Pareceres em consulta	6	6	-	-	
Resoluções	1	2	-	-	
Instruções normativas	-	1	-	-	
Total	2.174	622	1.741	650	

^(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

JULGAMENTO CONCLUSIVO



	3º trim	3º trim 2014		
Resultados dos Pareceres Prévios	2013	Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Prestação de Contas	12	6	6	2
Parecer pela aprovação	5	5	2	1
Parecer pela aprovação com ressalva	4	1	3	1
Parecer pela rejeição	3	-	1	_
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas iliquidáveis	-	-	-	-
Outros	=	-	-	-
Recursos	8	1	-	-
Negar provimento - aprovação	-	-	-	-
Negar provimento - rejeição	1	-	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	3	-	-	-
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	1	-	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Provimento parcial - rejeição	1	-	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	-	-	-
Não conhecer	2	-	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	1	-	-
Total	20	7	6	2

	3º trim	3º trim 2014		
Resultados dos Acórdãos	2013	Plenário	1º Câmara	2º Câmara
JULGAMENTO CONCLUSIVO	242	209	52	52
Atos de gestão – Executivos Municipais	8	6	7	3
Regular	2	-	-	1
Regular com ressalva	-	-	-	1
Irregular	3	2	4	_
Saneado	-		-	_
Prejulgado	_	_	_	_
Outros	3	4	3	1
Prestação de Contas - Poderes	23	14	6	2
Regular	7	9	4	2
Regular com ressalva	8	2	1	
Irregular	3	3	1	
Saneado	5	3		
Outros	3	-	_	<u>-</u>
Prestação de Contas - Demais entidades	58	42	21	26
Regular	33	31	17	18
	11	8	3	6
Regular com ressalva	5	2	3	
Irregular	8		1	1
Saneado		- 1	<u>T</u>	1
Outros	1	1	-	-
Prestação de Contas - Convênio	2	-	1	7
Regular	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Irregular	1	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Outros	1	-	1	7
Denúncias	27	21	5	4
Procedente	-	5	2	2
Parcialmente procedente	2	2	-	-
Improcedente	10	3	2	1
Saneado	1	-	-	-
Outros	14	11	1	1
Recursos	79	41	1	2
Provimento	20	6	-	-
Provimento parcial	11	5	-	-
Negado provimento	10	3	-	-
Saneado	23	3	-	-
Outros	15	24	1	2
Representação	41	68	6	6
Procedente	9	5	-	1
Parcialmente procedente	5	3	-	-
Improcedente	9	10	1	1
Saneado	1	-	1	-
Outros	17	50	4	4
Outros assuntos	4	17	5	2
Regular	-	3	-	1
Irregular	-	4	2	-

Resultados dos Acórdãos		3º trim 2014		
Resultados dos Acordãos	2013	Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Improcedente	-	-	1	-
Saneado	1	1	-	-
Procedência	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Outros	3	9	2	1
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	7	29	20	8
Multa	5	-	-	-
Tornar insubsistente acórdão	-	-	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-	-	-
Anular acórdão	-	-	-	-
Extinção da obrigação	-	-	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-	-	-
Outros	2	29	20	8
Total	249	238	72	60

Boo Hodo do Bookano	3º trim	3º trim 2014		
Resultado das Decisões	2013	Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	1.609	-	1.455	523
Registro	1.609	-	1.455	523
Admissão	690	-	620	270
Aposentadoria	532	-	658	196
Pensão	94	-	165	50
Reforma	18	-	12	7
Transferência para reserva	42	-	-	-
Revisão de proventos	220	-	-	-
Retificação de ato	4	-	-	-
Reexame de decisão	9	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Denegar registro	-	-	-	-
Demais decisões – não conclusivas	253	328	208	63
Deferir parcelamento	-	-	-	-
Arquivar	53	82	29	6
Revelia	15	7	1	-
Quitação	-	-	-	-
Consulta - não conhecer	-	-	-	-
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	-	-	-	-
Devolver à origem	8	1	-	-
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-
Notificar / citar por edital	-	2	-	-
Alerta	87	51	29	17
Notificar para contrarrazões	-	-	-	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	30	-	-	-
Determinar / recomendar a suspensão do	-	-	-	-
Denúncia – receber / apurar	7	-	-	-
Outras	53	185	149	42
Total	1.862	328	1.663	588

		Parecer em Consulta
Nº	Interessado	Ementa
006		Gratificação concedida aos motoristas, em razão de sua natureza jurídica, deve integrar a remuneração – incorporação aos proventos, seja na regra atual, seja nas regras de transição.
007	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (José Elias do Nascimento Marçal)	Possibilidade de órgão do poder executivo estadual contratar os serviços de servidores públicos estaduais, mesmo quando vinculados a outros órgãos da própria administração direta, ou sejam servidores de entes autárquicos ou de outros órgãos autônomos - necessidade da contração ser intuito personae.
008	C. de Guarapari (José Wanderlei Astori)	Necessidade de restituição integral pela câmara municipal da importância relativa a débito previdenciário sobre as contribuições de seus servidores, cujo pagamento vem sendo efetuado pelo executivo municipal, atualizada no(s) mesmo(s) índice(s) utilizado(s) na apuração da dívida - tal recomposição deverá ser efetuada na forma acordada entre os dois poderes, após o que se efetivará a baixa nos assentos contábeis da casa legislativa.
009	Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (Tereza Maria Sepulcri Netto Casotti)	possibilidade de enquadrar serviços idênticos aos previstos na lei –
010	P. de Colatina (Leonardo Deptulski)	Contratação de agência apenas para veiculação de spots, vts, jornais e revistas – impossibilidade de utilizar a modalidade pregão para tal contratação – licitação deve ocorrer nos moldes da lei nº 8.666/93 e lei nº 10.520/02.
011	P. de Santa Maria de Jetibá (Hilário Roepke)	1) compra de notebooks pela prefeitura municipal, através de licitação, e posterior doação aos professores municipais com cômputo de despesa como gasto com educação – impossibilidade. 2) compra de notebooks pela prefeitura municipal, através de licitação, e posterior concessão de uso aos professores municipais com cômputo de despesa como gasto com educação, nos termos do decreto estadual nº 1.110/2002-r – possibilidade.
	Total	6

	Resoluções				
Nº	E menta	Data da publicação			
276	Altera o Anexo Único da Resolução TC nº 240, de 29 de maio de 2012.	02/09/2014			
277	Dispõe sobre a prorrogação do prazo da licença maternidade às servidoras gestantes do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, ocupantes de cargos de provimento em comissão, tendo em conta a previsão constante do artigo 2.º da Lei n.º 11.770/2008.	09/09/2014			
	Total				

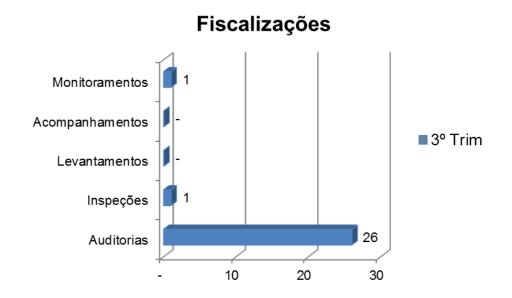
3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES, sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc) ou de iniciativa própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo – Segex e aprovado em Plenário. É importante destacar que o PAF não é um plano estático, pois ele pode ser alterado conforme estabelecem os artigos 197, §6º e 198, do Regimento Interno do TCEES.

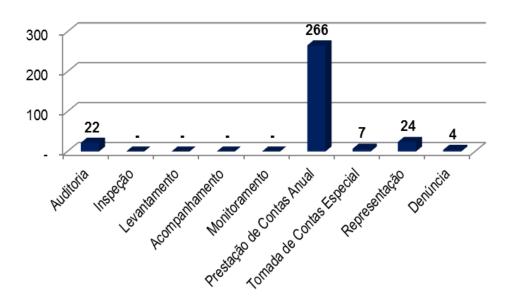
Resumidamente, o PAF aprovado para o exercício de 2014, prevê a realização de procedimentos de controle externo no período de fevereiro a novembro do corrente ano, contemplando:

- A realização de 83 (oitenta e três) fiscalizações de iniciativa própria, definidas com base em critérios de materialidade, relevância e risco; e
- A realização de 14 (quatorze) ações de controle externo originadas de iniciativa externa.

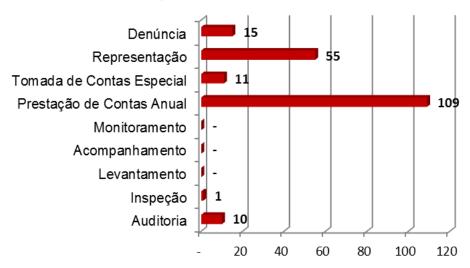
O procedimento de auditoria, principal instrumento de fiscalização utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.



Instruções Técnicas Iniciais



Instruções Técnicas Conclusivas



Análise de prestação de contas	3º trim 2013	3º trim 2014
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	59	150
Instrução contábil conclusiva (ICC)	128	51
Análise Inicial de conformidade (AIC)	-	309
Total	187	510

ATOS SUJEITOS A REGISTRO	3º trim 2013	3º trim 2014
Atos concessórios (aposentadoria, pensão, reserva e reforma)	1.363	1.787
Atos admissionais	1.398	2.018
Outros	98	24
Total	2.859	3.829

RECURSO, REVISÃO E CONSULTA	3º trim 2013	3º trim 2014
Orientação Técnica de Consulta	40	11
Instrução Técnica de Recurso	24	40
Instrução Técnica de Revisão	-	-
Instrução Técnica de Defesa	-	-
Instrução Técnica em Estudos de Casos Especiais	-	6
Total	64	57

O UTRAS INSTRUÇÕES E MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS	3º trim 2013	3º trim 2014
RREO	63	63
RGF	74	54
PPA	-	9
LDO	-	2
LOA	-	1
Prestações de Contas Bimestrais	42	316
Análise de Edital	9	-
Comunicação de Tomada de Contas Especial	2	10
Instrução Preliminar - Medidas Cautelares	11	55
Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal – ITMF	3	9
Manifestação Técnica de Chefia	-	28
Manifestação Técnica de Defesa	4	5
Manifestação Técnica de Recurso e de Revisão	-	5
Manifestação Técnica em Defesa Oral	-	20
Outras	244	389
Total	452	966

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
36	Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da Prestação de Contas Anual e de eventuais relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do Governador do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2014	29/08/2014
35	Comissão Técnica para Elaboração do Projeto Normativo para Implantação da sistematização e divulgação da jurisprudência e sumularização das deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	21/08/14
32	Comissão para Elaboração do Projeto de Política de Acessibilidade do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	04/08/2014

4. ATIVIDADES DE GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	7	-	7
Auditor	4	-	4
Procurador Especial de Contas	3	-	3
Cargos efetivos	287	3	290
Auditor de Controle Externo	235	1	236
Assistente Técnico	15	-	15
Auxiliar de Serviços	17	-	17
Analista Administrativo	20	2	22
Cargos de Gabinete	68	9	77
Cargos comissionados	188	1	189
Chefias	26	-	26
Assessoramento	162	1	163
Total	557	13	570

Estabilizados	15
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	36
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	9

Estagiários	3º trim 2014
Nível superior	58
Nível médio	38

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	3º trim 2013	3º trim 2014
Eventos	69	58
Eventos para servidores do TCEES	34	38
Interno (promovido pelo TCEES)	10	13
Externo (promovido por outras instituições)	13	17
Iniciativa do servidor	1	6
Outros eventos	10	2
Eventos para jurisdicionados TCEES	35	20
Pessoas capacitadas	1.974	1.610
Servidores e membros do TCEES	458	596
Jurisdicionados	1.516	1.014
Horas de capacitação	20.389	15.283
Servidores e membros do TCEES	5.600	5.083
Jurisdicionados	14.789	10.200

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com **20.670 itens**, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2014 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 134.662.059,00, sendo R\$ 134.632.059,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 30.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/09/2014.

(valores em R\$)

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	131.610.179,00	131.610.179,00	107.171.354,40	88.458.934,83	87.906.061,02
Pessoal	112.068.642,00	112.068.642,00	91.465.593,47	78.240.750,23	77.734.889,60
Pessoal - Ativo	96.068.642,00	96.068.642,00	91.465.593,47	78.240.750,23	77.734.889,60
Pessoal - Inativo (2)	16.000.000,00	16.000.000,00	-	-	-
Outras despesas correntes (custeio)	19.541.537,00	19.541.537,00	15.705.760,93	10.218.184,60	10.171.171,42
Despesa de capital (investimento)	3.051.880,00	3.051.880,00	1.039.854,40	595.503,59	595.503,59
Total Geral	134.662.059,00	134.662.059,00	108.211.208,80	89.054.438,42	88.501.564,61
Total Disponível ⁽³⁾	118.662.059,00	118.662.059,00			

 $^{^{(1)}}$ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R\$)

Descrição	setembro/2013 a agosto/2014
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	94.228.237,43
Receita Corrente Líquida – R\$	11.545.498.467,63
Limite apurado – %	0,816
Limite máximo - 1,300 %	150.091.480,08
Limite prudencial – 1,235 %	142.586.906,08
Limite de alerta - 1,170 %	135.082.332,07

Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento art. 10 da Lei nº 10.164/14 (LOA).

⁽³⁾ Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

4.3 SERVIÇOS GERAIS

A obra de reforma do edifício sede do TCEES, iniciada em março de 2013, foi encerrada em setembro de 2014. Tendo em vista a complexidade e o vulto dessa reforma, foi realizado o percentual de 98,91% do total previsto. A obra foi recebida provisoriamente e a empresa responsável tem o prazo de 30 dias para realizar as correções necessárias. Dentre outras ações executadas, no 3º trimestre, pelo Núcleo de Obras e Manutenção (NOM), temos: aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, manutenção dos portões e garagens internas, instalação de circuitos elétricos para informática, instalação dos circuitos dos holofotes.

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	3º trim 2013	3º trim 2014
Correspondências expedidas	5.208	3.955
Correspondências recebidas	5.805	5.382
Nº de processos arquivados	481	544
Nº de processos autuados	2.102	3.170
Processos de Pessoal do TCEES	6	21
Processos Administrativos do TCEES	114	85
Processos de Controle Externo	1.982	3.064

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa		
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br.	
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.	
Responsabilidade Social	Destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES.	

Canais de comunicação interna		
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.	
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.	
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.	

Principais atividades de comunicação	3º trim 2013	3º trim 2014
Atendimentos a jornalistas	98	77
Jornalistas recebidos no TCEES	52	50
Entrevistas coletivas	-	-
Releases enviados à imprensa	70	38
Edições do "Na Sessão"	13	9
Publicações especiais	-	-
Textos institucionais elaborados	4	4
Remessa do Informativo Acontece	2.000	2.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	70	38
Notícias inseridas na Intranet	18	14
Campanhas internas realizadas	1	4
Campanhas solidárias realizadas	-	-
Diário oficial eletrônico	21	64

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Atividades e números relacionados à área de tecnologia de informação deste Tribunal:

Evolução da Tecnologia da Informação	3º trim 2013*	3º trim 2014*
Estações de trabalho	590	618
Servidores com acesso aos recursos da rede	546	632
Auditorias com participação da área de informática	ı	-
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3	3
Sistemas em funcionamento	35	32
Desenvolvidos pela STI	23	21
Adquiridos de terceiros	12	11

^(*) Valores acumulados até o período.

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	Sistema de remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício, da prestação de contas bimestral e informações adicionais das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.
Módulo de Monitoramento de Decisões do e-TCEES	Sistema que permitirá à área técnica do TCEES a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.

Banco de Achados	Sistema que disponibiliza aos auditores do TCEES a consulta e o cadastramento de informações e artigos atinentes a cada achado de auditoria (critério, texto para o relatório de auditoria, possíveis recomendações e determinações, posicionamento técnico conclusivo, entendimento do plenário e das câmaras do TCEES, de outros Tribunais, e entendimentos doutrinários).
------------------	--

Destacam-se, também, as ações da equipe de infraestrutura:

Ações	Descrição
Novo sistema de backup	Implantação e configuração do novo software de backup e da tape library (nova unidade de fita).
Migração para o novo storage	Migração de todas as aplicações e dados do TCE, inclusive dos servidores virtuais VMware, para o novo storage. Toda a migração foi realizada sem paralisações na rede ou nos serviços.
Instalação de 110(cento e dez) monitores adicionais	Estes monitores adicionais (2º monitor) objetivam facilitar o trabalho dos técnicos que analisam os documentos enviados em forma digital nas PCAs, bem como, preparar a infraestrutura necessária para os módulos a serem implementados de processo digital.

4.7 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo NPP, no 3º trimestre de 2014:

- Coordenação do processo de construção da proposta orçamentária para o ano de 2015 (Projeto "Orçamento 2015" – Portaria N nº 028/2014);
- Levantamento de informações e elaboração da proposta de suplementação orçamentária do TCEES, exercício 2014;
- Acompanhamento dos projetos no sistema Channel;
- Elaboração do relatório de atividades, referente ao 2º trimestre de 2014;
- Levantamento de informações e planejamento do evento de Construção do Planejamento Estratégico de 2015;
- Atualização da Norma Interna do Orçamento (em elaboração).

4.8 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), instituído por meio da Resolução TC N.º 223/2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, a qual compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

Nesse 3º trimestre, o NCI destaca:

- Principais atividades:
 - ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno;
 - ✓ Avaliação do Relatório de Gestão Fiscal;
 - ✓ Atendimento de consultas realizadas pelos jurisdicionados municipais;
 - ✓ Consolidação da nova Resolução que normatiza Suprimento de Fundos.
- Participação em Conselhos/Grupos de trabalho, conferências e treinamentos:
 - ✓ Participação de grupo de trabalho de desenvolvimento do novo Sistema de Processo Eletrônico – E-TCEES:
 - ✓ Participação do Curso do Extrator de dados Flexivision;
 - ✓ Participação da Comissão do NBCCasp TCEES Sistema de Custos;
 - ✓ Participação da elaboração da Instrução Normativa relativa a Tomada de Contas Especial;
 - ✓ Participação da Reunião do Conselho Estadual do Controle Interno CECI;
 - ✓ Participação da Reunião do Conselho Estadual de Transparência Pública e Combate à Corrupção;
 - ✓ Participação no Planejamento do Curso de Mapeamento de Processos;
 - ✓ Participação no Grupo de Trabalho de preenchimento do questionário da pesquisa sobre Governança no setor Público, realizada pelo TCEES em parceria com o TCU e o Instituto Rui Barbosa (IRB).
- Reuniões realizadas com NCI, Segex e jurisdicionados Implantação dos Sistemas de Controle Interno previsto na Resolução TC 227/2011:
 - ✓ Prefeitura de Marilândia, Prefeitura de Alegre, Prefeitura de Ecoporanga, Câmara de Ecoporanga.

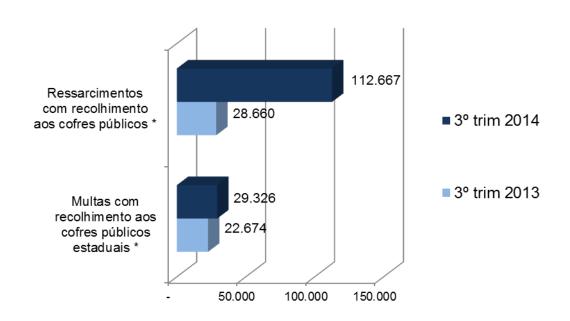
5. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	3º trim 2013	3º trim 2014
Processos distribuídos	2.549	3.765
Pareceres emitidos	2.594	3.675
Termos de atualização de valores a cobrar	9	54
Termos de verificação de valores pagos	12	17
Novas cobranças cadastradas no sistema	15	48

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES (R\$)	3º trim 2013	3º trim 2014
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	22.674,21	29.326,17
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	28.659,63	112.666,61
Total	51.333,84	141.992,78

^{*} Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



6. CORREGEDORIA

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (biênio 2014/2015).

Nesse 3º trimestre, foram realizadas reuniões ordinárias do Corregedor com a equipe da Corregedoria, para tratar de assuntos internos e rotinas do setor.

Em atendimento ao art. 22 do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Resolução TC Nº 261/2013), a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

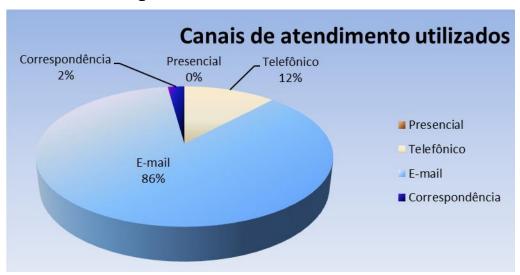
Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
122/2012	Representação	09/01/2012	Encaminhado ao Arquivo
5485/2012	Requerimento	16/08/2012	Encaminhado ao Arquivo
6810/2010	Solicitação Análise Técnica	03/08/2010	Encaminhado ao Arquivo
8425/2013	Consulta Comissão de Ética	31/10/2013	Encaminhado ao Arquivo
9505/2013	Consulta Comissão de Ética	02/12/2013	Encaminhado ao Arquivo
9037/2013	Representação	03/07/2013	Encaminhado ao Arquivo
9105/2013	Representação	22/11/0213	Encaminhado ao Arquivo
372/2014	Consulta	21/01/2014	Encaminhado ao Arquivo
6212/2013	Representação	13/08/2013	Encaminhado ao Arquivo
9060/2013	Pessoal Procedimento Administrativo	19/11/2013	Encaminhado ao Arquivo
2757/2014	Representação	10/04/2014	Encaminhado ao Arquivo
2758/2014	Representação	10/04/2014	Encaminhado ao Arquivo

7. OUVIDORIA

A Ouvidoria, prevista no art. 7º do Regimento Interno desta Corte de Contas, tem como Ouvidor o Sr. Conselheiro José Antônio Pimentel.

No 3º trimestre de 2014, no desempenho de suas atividades, a Ouvidoria recebeu o total de 92 demandas, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores públicos e demais cidadãos.

O canal mais utilizado pela população, para envio de suas manifestações, foi o email, conforme informa o gráfico abaixo:



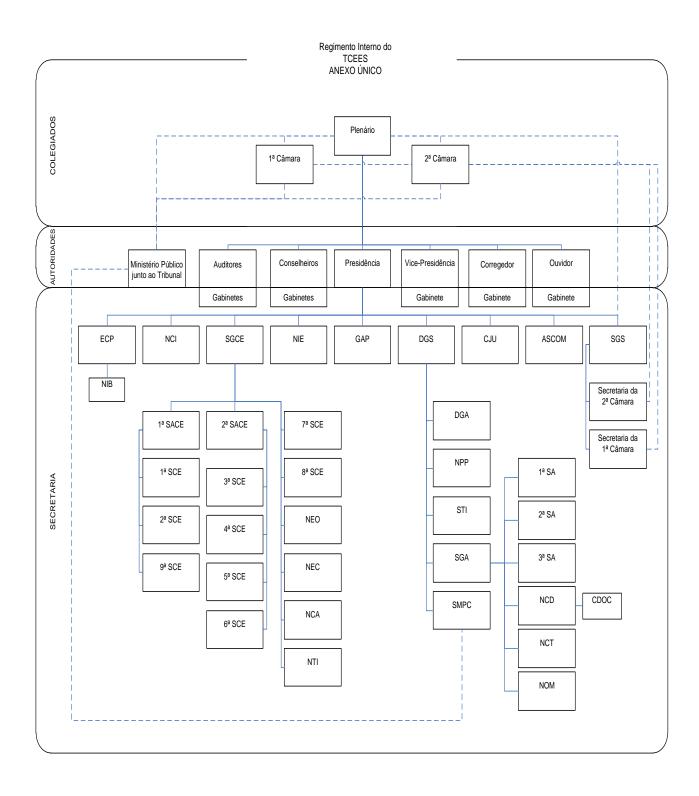
Quanto à tipologia, considerando a classificação adotada de acordo com o art. 19 da Resolução TC nº 274/2014, a "Solicitação" foi a mais utilizada:



Entre os dias 4 e 6 de agosto, a Ouvidoria participou do XIII Encontro do Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas, evento que ocorreu simultaneamente ao IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, em Fortaleza-CE.

Na oportunidade, os representantes das ouvidorias participantes puderam trocar experiências e aprimorar seus conhecimentos, objetivando melhorar a qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, do atendimento disponibilizado ao cidadão.

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Geral Adjunta	DGA
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
1ª Secretaria Administrativa	1ª SAD
2ª Secretaria Administrativa	2ª SAD
3ª Secretaria Administrativa	3ª SAD
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SEGEX
1ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	1ª SACE
2ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	2ª SACE
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª SCE
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª SCE
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª SCE
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª SCE
5ª Secretaria de Controle Externo	5ª SCE
6ª Secretaria de Controle Externo	6ª SCE
7ª Secretaria de Controle Externo	7ª SCE
8ª Secretaria de Controle Externo	8ª SCE
9ª Secretaria de Controle Externo	9ª SCE
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI

www.tce.es.gov.br Rua José Alexandre Buaiz, 157 Enseada do Suá - Vitória - ES CEP: 29050-913 Tel.:(27) 3334-7600 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO